



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 1º de setembro de 2022

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>Capital de giro</b> Na quarta-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,82% São Paulo	112.299	R\$ 1.212	R\$ 5,201 (+ 1,73%)	R\$ 5,226	6,76%	13,68%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68
0,88% Nova York	109.523						
	26/8 29/8 30/8 31/8						
			Últimos				
			25/agosto 5,112				
			26/agosto 5,078				
			29/agosto 5,033				
			30/agosto 5,113				

**GOVERNO /** Valor previsto para o benefício em 2023 está abaixo dos R\$ 600 prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro. Projeto contempla abertura de 50 mil vagas em concursos e reajuste salarial ao redor de 4,8% para servidores

# Orçamento prevê Auxílio só de R\$ 405

» ROSANA HESSEL

## Plano de voo

Veja os principais números do projeto do Orçamento para o próximo ano

### Parâmetros macroeconômicos para 2023

Crescimento do PIB	2,50%
IPCA	4,50%
Taxa média de câmbio (R\$/US\$)	5,12
Salário mínimo	R\$ 1.302
Taxa Selic	12,49% ao ano
Preço médio do barril de petróleo	U\$ 93,93

Fonte: PLOA 2023

### Grandes números

Deficit primário	R\$ 63,7 bilhões
Desonerações tributárias adicionais	R\$ 80,2 bilhões (R\$ 52,9 bilhões para combustíveis)
Reserva para reajuste salarial de servidores	R\$ 14,2 bilhões
Vagas em concursos	50 mil
Auxílio Brasil (valor médio)	R\$ 405
Número de famílias atendidas	21,6 milhões
Emendas do relator geral (RP9)	R\$ 19,4 bilhões

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro (PL) renovar a promessa de manter o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil no ano que vem, caso seja reeleito, a equipe econômica enviou ao Congresso Nacional a proposta orçamentária de 2023 com uma previsão de R\$ 405 para a média mensal do benefício que substituiu o Bolsa Família. O texto traz ainda a estimativa de abertura de cerca de 50 mil vagas em concursos públicos, ante 44,7 mil neste ano. Na terça-feira, Bolsonaro havia declarado que, se reeleito, pretende reduzir o número de certames.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2023, que prevê despesas de R\$ 5,2 trilhões, foi elaborado com parâmetros macroeconômicos mais otimistas que os considerados pelo mercado. A proposta estima um gasto de R\$ 105,7 bilhões com o auxílio no ano que vem, sem incluir o reajuste de R\$ 200 que, de acordo com o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, elevaria essa despesa em R\$ 52 bilhões.

Para cumprir a promessa de R\$ 600, Colnago afirmou que, "depois das eleições", o governo continuará "procurando fontes" para cobrir a despesa, que somaria R\$ 157,7 bilhões com o reajuste. Ele citou a reforma do Imposto de Renda, que está parada no Senado e prevê a taxa de dividendos, como uma das fontes de receita.

Outra fonte seriam os recursos de privatizações. Para isso, é preciso mudar o marco regulatório, porque o dinheiro arrecadado com venda de estatais só pode ser utilizado para o abatimento da dívida pública. "A alteração do marco legal poderia permitir (o uso dos recursos para cobrir o novo valor de R\$ 600), mas o Auxílio Brasil e o teto de gastos precisam conversar", afirmou Colnago.

### Subsídios extras

Apesar de não reajustar o benefício para os mais vulneráveis, a equipe econômica colocou no Ploa de 2023 uma previsão de R\$ 80,2 bilhões com desonerações para



beneficiar uma das principais bases de apoio de Bolsonaro — os caminhoneiros. Desse montante, R\$ 52,9 bilhões se referem à renúncia de tributos sobre os combustíveis. Os R\$ 27,2 bilhões restantes contemplam outras reduções, como a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com isso, a conta de subsídios inicialmente prevista em R\$ 370 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), saltaria para

R\$ 450 bilhões, ou 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

No projeto enviado ao Congresso — já numerado como PLN 32 —, o governo prevê alta de 2,5% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2023, enquanto a mediana das estimativas do mercado está em 0,37%. Colnago justificou o otimismo com a expectativa de aumento dos investimentos privados em concessões, que, segundo ele, "não estão na conta

dos modelos do mercado".

Analistas receberam a proposta com ceticismo. "O Orçamento é uma peça de ficção, porque, além de utilizar parâmetros otimistas, que superestimam a receita, está com uma despesa discricionária muito baixa, de R\$ 83,1 bilhões. Já vimos que, quando esse gasto fica abaixo de R\$ 100 bilhões, emperra o funcionamento da máquina pública: há falta de dinheiro para a Polícia Federal

emitir passaportes e de recursos nos ministérios e nas universidades", alertou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Na proposta, o governo prevê um rombo de R\$ 63,7 bilhões nas contas do governo central — Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social. Desde 2015, o governo envia a peça orçamentária com as contas no vermelho. A previsão está levemente

abaixo da meta fiscal da LDO, que permite rombo de até R\$ 65,9 bilhões. Mas segundo Colnago, neste ano, haverá "o primeiro saldo positivo em oito anos" e, no ano que vem, o deficit poderá "ser menor do que o previsto no Ploa".

### Aumento de salários

A equipe econômica reservou R\$ 14,2 bilhões para o reajuste dos servidores, incluindo o aumento de 18% aprovado pelo Judiciário, segundo Colnago. Desse montante, R\$ 11,6 bilhões serão destinados ao Executivo, mas o valor não é suficiente para uma correção linear de 5%, mas para "algo em torno de 4,8%".

No Ploa, a previsão para o novo salário mínimo é de R\$ 1.302, maior que os R\$ 1.294 estimados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se confirmado, o piso salarial terá aumento de R\$ 90 em relação ao valor atual, de R\$ 1.212.

O secretário destacou, ainda, que das 50 mil vagas previstas para concursos, 32,5 mil serão no Executivo e 17,4 mil nos demais Poderes. Para tanto, a ideia é gastar R\$ 5,8 bilhões.

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, apontou incoerências no Ploa. "Uma delas é o aumento das desonerações em R\$ 80,2 bilhões, mesmo diante da previsão constitucional de reduzir pela metade os gastos tributários em 10 anos. Outra contradição é a afirmação de que a reforma do Imposto de Renda não aumentará a carga tributária, mas poderá ser usada como fonte de financiamento para o valor extra do Auxílio Brasil", pontuou.

### Investimentos caem

Conforme dados apresentados por Colnago, a estimativa de investimentos públicos em 2023 é de R\$ 20 bilhões, abaixo dos R\$ 24,1 bilhões previstos neste ano. "Sobre a redução contínua dos investimentos, a saída foi atribuir ao setor privado o papel de estimulador do crescimento, desconsiderando que teremos novamente um valor abaixo do necessário para repor a depreciação do capital público, isto é, antes mesmo de considerar expansão pró-crescimento", alertou Juliana Damasceno.

## Dívida pública é de 77,6% do PIB

» RAFAELA GONÇALVES

A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda em julho. Segundo o relatório de estatísticas fiscais, divulgado pelo Banco Central (BC), a Dívida Bruta do Governo Geral fechou o mês em R\$ 7,22 trilhões, o que representa 77,6% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual em junho era de 78% e, em maio, de 78,2%. Esse é o menor patamar desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020.

"Quando foi decretada a pandemia, o governo reduziu receitas e aumentou despesas emergenciais para combater a crise sanitária. Então, podemos observar agora essa trajetória

de redução", explicou o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha. A dívida bruta é um dos indicadores monitorados por investidores e agências de classificação de risco para avaliar a capacidade de solvência de um país. Quanto maior a dívida, maior o risco de calote.

De acordo com o BC, o setor público consolidado (União, estados, municípios e estatais) registrou superavit primário de R\$ 20,4 bilhões em julho — o melhor resultado para o mês na série histórica iniciada em 2001.

O principal responsável pelo saldo positivo foi o governo central, que teve superavit de R\$ 20 bilhões, com arrecadação

maior que as despesas. A receita líquida cresceu 6,3%, em termos reais, na comparação interanual, auxiliada pelo repasse de R\$ 7 bilhões de dividendos pela Petrobras.

Os estados e municípios tiveram saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão, ante superavit de R\$ 7,3 bilhões em julho do ano passado. Apesar do desempenho positivo, as receitas próprias caíram 4% no mês, principalmente com a perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devido à limitação da cobrança sobre combustíveis. Já as estatais apresentaram deficit de R\$ 1,3 bilhão.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o

pagamento de juros, foi deficitário em R\$ 22,5 bilhões em julho. No acumulado em 12 meses, alcançou R\$ 355,9 bilhões, o equivalente a 3,83% do PIB — uma redução de 0,40 ponto percentual em relação ao computado até o mês anterior.

Para Gabriel Floriano, estrategista da Levante Corp, apesar de o superavit de julho trazer uma boa margem, é preciso avaliar a sustentabilidade da dinâmica de diminuição de despesas, especialmente em ano eleitoral. "Todos os candidatos se comprometem com alguma âncora fiscal. Então, para além desse dado, estamos olhando para o anúncio de algum arcabouço fiscal que possa trazer previsibilidade para as contas públicas", afirmou.

Edilson Rodrigues



Fernando Rocha, do BC: gastos caíram após fase aguda da pandemia